

**“EU NÃO SABIA QUE ERA CRIME”:
Inarticulação linguística do sofrimento em situações
de violência intrafamiliar**

***“I DID NOT KNOW IT WAS CRIME”:
Linguistic inarticulation of suffering in situations
of intrafamilial violence***

Andressa Lidicy Morais Lima *
Carlos Eduardo Freitas**

Resumo

É possível falar em violência em situações de conflito intersubjetivo nas quais não há a sua verbalização pelos envolvidos? Nas ciências humanas, depois do chamado *linguistic turn* [giro linguístico], tornou-se recorrente e mesmo hegemônica uma tendência de resposta negativa para esse tipo de questionamento. Reduzindo a matéria da realidade a sua dimensão exclusivamente simbólica, cientistas sociais deduziram que não há nada mais a dizer para além dos esquemas de interpretação mobilizados discursivamente pelos próprios atores, e que qualquer pretensão de interpretação adicional é uma “violência exercida sobre os atores”. Em contraste com as interpretações acima, propõe-se uma outra possibilidade de leitura de aspectos não tematizados da violência, em que a relação entre “experiência” e “interpretação” é problematizada pela mediação das categorias “articulação” e “inarticulação”. Neste artigo, aplica-se essa chave conceitual de interpretação sociológica na análise de dois casos empíricos de experiência de abuso sexual na infância e defende-se que podem ser melhor compreendidos como casos exemplares de “inarticulação linguística do sofrimento”.

Palavras-chave: Violência intrafamiliar. Abuso sexual. Inarticulação. Etnografia.

* Doutoranda em Antropologia Social no Programa de Pós-graduação em Antropologia Social da Universidade de Brasília (PPGAS/UnB), Brasil. Email: andmoraislima@gmail.com

** Doutoranda em Antropologia Social no Programa de Pós-graduação em Antropologia Social da Universidade de Brasília (PPGAS/UnB), Brasil. Email: andmoraislima@gmail.com

Abstract

Is it possible to speak of violence in situations of intersubjective conflict in which there is no verbalization by those involved? In the human sciences, after the called linguistic turn, a tendency of negative response to this type of questioning has become recurrent and even hegemonic. By reducing the matter of reality to its exclusively symbolic dimension, social scientists have deduced that there is nothing more to be said beyond the schemes of interpretation discursively mobilized by the actors themselves and that any pretension of additional interpretation is a “violence exercised over the actors.” In contrast to the above interpretations, we would like to propose another possibility of interpretation of non-thematized aspects of violence, where the relationship between “experience” and “interpretation” is problematized through the mediation of the categories of “articulation” and “inarticulation.” In this article, we apply a key sociological interpretation in the analysis of two empirical cases of sexual abuse experiences in childhood and we argue that they can best be understood as exemplary cases of “linguistic inarticulation of suffering”.

Keywords: Intrafamiliar violence. Sexual abuse. Inarticulation. Ethnography.

Introdução

Em junho de 2010, o Brasil tomou conhecimento de uma tragédia familiar no estado do Maranhão. Abandonada pela mãe ainda na tenra infância, uma mulher de 29 anos denunciou ter sido vítima de abusos sexuais e agressões físicas pelo pai desde os 12 anos de idade. Seu pai, um lavrador de 54 anos, a manteve em cárcere privado por 17 anos e, das inúmeras relações sexuais abusivas que manteve com a filha, teve sete filhos. Sobre o porquê da demora em denunciar os maus-tratos, a jovem mulher afirmou que não tinha o entendimento claro sobre a natureza criminosas das práticas de violência dirigidas contra ela¹. Quatro anos depois do ocorrido, a revista *Glamour* reproduziu em sua página virtual brasileira uma reportagem traduzida da *Glamour UK* que apresentava relatos de mulheres que sofreram abuso sexual na infância, mas que somente na vida adulta denunciaram suas experiências traumáticas do passado. Além do choque com os relatos de horror e sofrimento vividos pelas inúmeras mulheres, na reportagem sobressaem, mais uma vez, casos em que as vítimas não tinham compreensão exata do que vivenciaram, apesar de reconhecerem sentimentos de mal-estar, impotência e vergonha por tudo que passaram. Na mesma reportagem, a revista destaca a assustadora estatística de mais de 15 mil casos semelhantes de abuso sexual na infância denunciados todos os anos no Brasil².

1 BRASIL, Kátia. “Não sabia que isso era crime”, diz filha de lavrador vítima de abuso no MA. *Jornal Folha de São Paulo*, São Paulo, 11 jun. 2010. Cotidiano. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/2010/06/749180-nao-sabia-que-isso-era-crime-diz-filha-de-lavrador-vitima-de-abuso-no-ma.shtml>>. Acesso em: 10 jan. 2017.

2 WELLIER, Sheila. “Estou pronta para contar que fui abusada sexualmente na infância”. *Revista Glamour*, 29 abril 2014. Na Real. Disponível em: <<http://revistaglamourglobo.com/Na-Real/noticia/2014/04/jogo-aberto-estou-pronta-para-contar-que-fui-abusada-sexualmente-na-infancia.html>>. Acesso em: 10 jan. 2017.

De fato, na última década, casos de violência doméstica têm ganhado maior visibilidade na esfera pública nacional³. Não raro, encontramos notícias sobre mulheres que relatam terem sido vítimas de violência sexual na infância em contexto doméstico. Porém, uma das grandes dificuldades para especialistas que lidam diretamente com o assunto diz respeito aos meios de identificação das situações de violência que ocorrem na infância. Quase sempre, os especialistas contam inicialmente apenas com a denúncia de parentes ou outros adultos do círculo mais íntimo de sociabilidade, ou mesmo com o testemunho da própria vítima, frequentemente, crianças ou adolescentes ainda em processo de desenvolvimento cognitivo e moral. As dificuldades aumentam quando a) se trata de experiência de violência intrafamiliar, isto é, um tipo de violência que ocorre dentro da família e que envolve parentes que vivam ou não sob o mesmo teto⁴; e quando b) se trata de violência de gênero, um tipo de violência que se orienta pela perspectiva hierárquica “androcêntrica” que determina os lugares socialmente atribuídos no interior da vida social de uma família a partir da dimensão de gênero⁵. De acordo com dados divulgados pela Secretaria de Direitos Humanos (SDH) em 2016, esse tipo de violência ocorre com maior frequência entre parentes mais próximos e que vivem no mesmo domicílio das crianças e adolescentes. Além disso, as vítimas mais frequentes foram meninas (54%), crianças de 4 a 11 anos (40%), crianças negras/pardas (57,5%), o que evidencia uma intersecção entre as categorias de gênero, classe e raça/etnia.

Conforme exemplos narrados na introdução deste artigo, em muitas situações de violência intrafamiliar, as vítimas denunciaram a violência sofrida somente muito mais tarde, já na fase adulta, e um argumento acionado para justificar a demora foi a falta de entendimento adequado do que viveram no passado. Diante dessas situações, uma questão acaba por se impor aos estudiosos do fenômeno da violência: é possível falar em violência em situações de conflito intersubjetivo nos quais não há a sua verbalização pelas envolvidas?

3 De acordo com a antiga Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República (SDH), via o Disque-Denúncia Nacional (Disque 100), quase 18.000 crianças podem ter sido vítimas de abuso sexual em 2015 (mais de 50 por dia); os dados foram divulgados em 18 de maio de 2016. Segundo a SDH, 80.437 denúncias foram registradas em 2015, os tipos de violência mais comuns são abuso sexual, negligência e violência psicológica. Disponível em: <<http://www.ceert.org.br/noticias/crianca-adolescente/12347/50-criancas-por-dia-sofreram-violencia-sexual-em-2015-no-brasil>>. Acesso em: 10 jan. 2017.

4 De modo geral, outras pesquisas que tratam do mesmo assunto mostram que o imaginário da família como contexto de segurança e proteção dos indivíduos membros em decorrência dos laços afetivos não tem se confirmado. Sobre isso, ver Day et al. (2003).

5 Sobre a “cosmovisão” androcêntrica e seus efeitos na violência de gênero, ver principalmente as etnografias de Bourdieu (2010) acerca das relações de gênero e sexualidade nas sociedades dos berberes da Cabília.

Nas ciências humanas, depois do chamado *linguistic turn* [giro linguístico]⁶, tornou-se recorrente e mesmo dominante a resposta negativa para esse tipo de questionamento. Cientistas sociais, em sua maioria teoricamente orientadas/os por teses de inspiração culturalista, psicanalista e estruturalista, argumentaram então que, considerando que nada pode ser dito para além ou aquém da linguagem, fenômenos sociais como a violência só podem ser compreendidos como “construções sociais”⁷ existentes apenas dentro da moldura de um sistema compartilhado de crenças e representações sociais. Esse mesmo argumento levou muitas/os cientistas sociais a deslocarem os seus programas de investigação científica do “estudo e análise das condições objetivas de existência da violência” para o estudo da construção (social) da violência como “problema social”. Igualmente, reduzindo a matéria da realidade à sua dimensão exclusivamente simbólica, cientistas sociais concluíram que não há nada mais a dizer para além dos esquemas de interpretação mobilizados discursivamente pelos próprios atores e que qualquer pretensão de interpretação adicional é uma “violência exercida sobre os mesmos”⁸. Logo, diferentes abordagens “construcionistas” (etnometodológica, interacionista, pragmática) se concentraram apenas na ordem do discurso e da representação da violência⁹.

Como é sabido, esse mesmo argumento levou muitas/os cientistas sociais a deslocarem os seus programas de investigação científica do estudo e análise das condições objetivas de existência da violência (AUTOR, ano, p.) para o estudo da construção (social) da violência como “problema social”. Igualmente, reduzindo

6 O termo “giro linguístico” é empregado ao movimento intelectual no interior da filosofia que se inicia com a tríade Haman-Herder-Humboldt, passando por desenvolvimentos em Heidegger, Wittgenstein e Gadamer até chegar aos escritos contemporâneos de Karl Apel e Jurgen Habermas. O que é comum a todos esses filósofos que estudaram a linguagem é a preocupação com a crítica do estudo centrado na “função cognitiva” da linguagem e seu deslocamento para o estudo centrado na “função comunicativa” da linguagem ou a linguagem como compreensão. Em certa medida, conforme assinala Lafont (2002), os filósofos identificados com o giro linguístico perseguem o projeto de Humboldt de acabar com o “primado da lógica sobre a linguagem”. Para saber mais a respeito da “virada linguística” nas ciências humanas e suas ressonâncias nas teorias sociais contemporâneas, os estudos de Richard Rorty (1992), Jürgen Habermas (2004) e Cristina Lafont (2002) são excelentes referências de introdução ao debate teórico e sua contextualização.

7 Sobre a presença de perspectiva “construcionista” ou “construtivista” nas ciências sociais, ver Corcuff (2001). Convém também destacar a obra de Berger e Luckmann (2008), considerada inaugural na vertente “esclarecida” da abordagem construcionista nas ciências sociais.

8 Bernard Lahire (2006, p.93-108) desenvolveu um interessante debate crítico sobre a atual tendência epistemológica de deslocamento e ênfase nos estudos da representação social como efeito do uso abusivo da metáfora da construção social da realidade.

9 No Brasil, dentre os estudos consagrados sobre a violência, os trabalhos de Machado da Silva (1999), Misse (2010) e Freire (2010) se destacam pelo enfoque analítico da violência como “representação social”. Mais próximo do assunto tratado neste artigo, a “violência intrafamiliar”, os estudos de Theophilos Rifiotis (2008; 2015) é outra importante referência nacional de leitura “construcionista” das práticas de violência de gênero.

a matéria da realidade à sua dimensão exclusivamente “simbólica”, sociólogos e antropólogos afinados com o “giro linguístico” concluíram que não há nada mais a dizer para além dos esquemas de interpretação mobilizados discursivamente pelos próprios atores e que qualquer pretensão de interpretação adicional é uma “violência exercida sobre os mesmos” (LAHIRE, 2006).¹⁰ Logo, o “circulo hermenêutico” tornou-se a “lei de ferro” da interpretação científica e diferentes abordagens “construcionistas” (etnometodológica, interacionista, pragmática) se concentraram apenas na ordem do discurso e da representação da violência.

O mérito dessas abordagens mais construcionistas do estudo da violência é que as mesmas, como é comum, oferecem um bom relato do circuito de produção da discursividade pública sobre as práticas de violência, em especial, os modos de produção daquelas narrativas como tratam práticas de violência em termos de “problemas sociais” ou de interesse público. No entanto, parece-nos que há passo interpretativo pesado ao se tratar como sinônimo a “construção de um problema social” com a “existência da prática social”, agora interpretada como “problema social”. Sem negar os ganhos heurísticos possibilitados pela metáfora da construção social, ressaltamos, contudo, que essa visão, em muito semelhante ao que Springer de Freitas (2003) chamou de “visão paroquial do conhecimento”, pode estreitar o horizonte analítico de alcance daqueles casos em que a semântica do abuso sexual não se encontra disponível às vítimas durante os seus atos de interpretação dos conflitos vividos que envolvem práticas de violência. Nesses casos, também não é raro encontrar estudiosas/os que interpretam aquelas experiências seja como “fantasias” infantis (interpretação psicanalítica), seja como “efeitos culturais” produzidos posteriormente pela própria imposição semântica do termo “abuso sexual” (interpretação culturalista).

De modo diferente das interpretações possíveis destacadas acima, gostaríamos de propor outra possibilidade de interpretação dos casos relatados de abuso sexual de crianças, na qual a relação entre “experiência” e “interpretação” é problematizada pela mediação das categorias “articulação” e “inarticulação”. Em nossa proposta alternativa de interpretação, as experiências não articuladas de abuso sexual na infância são compreendidas como casos exemplares de “inarticulação linguística do sofrimento”, categoria sociológica desenvolvida por Morais Lima (2015; 2016) em trabalhos anteriores. Com esse termo, procuramos nos referir às experiências de desrespeito e violência nas quais as vítimas não encontram meios simbólicos satisfatórios que possibilitem articular e interpretar adequadamente, numa gramática de injustiça, os seus sentimentos de sofrimento e mal-estar. Na falta de uma articulação satisfatória, as vítimas de violência sexual vivenciam, ao longo de sua biografia, um mal-estar provocado pela tensão entre sentimentos morais e esquemas de interpretação mobilizados.

10 Bernard Lahire (2006, p.93-108) desenvolveu um interessante debate crítico sobre a atual tendência epistemológica de deslocamento e ênfase nos estudos da representação social como efeito do uso abusivo da metáfora da construção social da realidade.

Para melhor esclarecer os fundamentos de nosso raciocínio, na primeira seção deste artigo retomamos a discussão teórica conduzida pelo sociólogo alemão Hans Joas a respeito da “problemática da articulação”. De modo resumido, Joas formula uma tipologia fenomenológica das diferentes formas possíveis de relação entre experiência e articulação da experiência. Em seguida, com os meios construtivos da teoria neopragmática de Joas, na segunda seção, apresentamos dois estudos de caso de experiências de violência intrafamiliar que permitem comprovar empiricamente o nexos dinâmico entre experiência e articulação. Nos dois casos de história de vida relatados, ficará demonstrado que vítimas de violência, segundo o contexto situacional, podem não encontrar disponíveis os recursos simbólicos necessários para a articulação do sofrimento vivenciado, condição somente revista após a inserção em novas redes intersubjetivas e de interlocução. Na conclusão, além de destacar a força heurística da noção de “inarticulação” no estudo dos fenômenos de violência intrafamiliar, também sublinhamos quais bloqueios para a articulação podem existir nas próprias configurações institucionais (família) e as possibilidades de sua superação.

O papel da “articulação” na relação entre experiência e linguagem: uma releitura a partir do neopragmatismo de Hans Joas¹¹

Na relação dinâmica entre experiência e significação, é possível conceber uma compreensão que evite a sobredeterminação de um lado dos polos da relação? Na teoria sociológica contemporânea, essa questão foi enfrentada e respondida por Hans Joas, a partir do que ele nomeou como problemática da articulação. No rastro do pragmatismo estadunidense, Joas revisitou o debate sobre a virada linguística nas ciências sociais e tentou recolocá-lo em nova perspectiva de interpretação.

Lecionando sociologia na Universidade de Erfurt e também na Universidade de Chicago, Joas é conhecido, na teoria sociológica contemporânea, por suas pesquisas sobre as ideias de autores consagrados do pragmatismo estadunidense (Georg H. Mead, William James, John Dewey), assim como por seus estudos mais “metateóricos” sobre a criatividade da agência humana¹². Paralelo a esses dois temas, no entanto, Joas interessou-se igualmente em revitalizar um subcampo de investigações até pouco tempo marginalizado nas ciências sociais: o da “sociologia dos valores”¹³. Nesse subcampo, ele desenvolveu pesquisas sobre a religião, fé, guerra e direitos humanos. E é, em especial, no estudo da experiência de compromisso de valores que encontramos a reflexão mais sistemática de Joas sobre a problemática da articulação.

11 Essa seção constitui uma versão resumida do capítulo 4 de tese de doutorado atualmente desenvolvida por Carlos E. Freitas no Programa de Pós-Graduação em Sociologia da Universidade Federal da Paraíba (PPGS/UFPB).

12 Um bom resumo do programa de pesquisas de Hans Joas e de sua inserção no debate contemporâneo da teoria sociológica pode ser encontrado em Joas e Knöbl (2009, p. 512-528).

13 Sobre isso, ver principalmente a obra magna de Joas, *Genesis of Values* (2000).

Não obstante, é preciso sublinhar que a problemática da articulação não constitui um tema autônomo de interesse na sociológica de Joas. Ao contrário, como assinalado, o tema da articulação aparece sempre situado dentro da questão teórica mais geral sobre a gênese da adesão a valores. Em seu programa de “sociologia dos valores”, entender como experiências de articulação podem ser transformadas em “compromissos/adesão a valores” constitui um capítulo importante de investigação.

De início, sendo um sociólogo preocupado em manter diálogo teórico construtivo entre tradições teóricas tão diversas como a hermenêutica, o historicismo alemão e o pragmatismo, Joas tem evitado posições teóricas unilaterais em matéria de causalidade. Movido pela busca de uma “síntese” – comum a todos os nomes do “novo movimento teórico”¹⁴ –, o sociólogo alemão aspira repensar a relação entre experiência e interpretação dentro de um novo modelo teórico que supere a unilateralidade causal encontrada em abordagens tradicionais das ciências sociais. Consciente dos problemas teóricos criados no uso do conceito de experiência, tal como empregado por nomes do pragmatismo estadunidense, ainda assim Joas deseja revitalizá-lo como categoria analítica da sociologia, porém, mediante o trabalho de correção de seus “déficits”, de modo a responder melhor aos desafios teóricos impostos pelos desenvolvimentos contemporâneos da filosofia da linguagem. É na mesma fenomenologia da linguagem que Joas vai encontrar a “articulação” como fenômeno “mediador” da relação entre experiência e linguagem.

Por conseguinte, no seu artigo *On Articulation*¹⁵, encontramos sintetizada sua resposta ao problema da articulação. Assim, a discussão a seguir baseia-se na leitura do mencionado artigo e visa explicitar o potencial teórico da noção de articulação na compreensão do fenômeno da experiência de violência. Naturalmente, o ensaio mencionado acima não constitui o primeiro contexto de reflexão de Joas sobre o tema. Em obra anterior, *Die Entstehung der Werte* [1997] (2000)¹⁶, o autor já havia abordado a problemática da articulação em diálogo teórico com outra obra, *Sources of the Self* [1989] (1997)¹⁷, de Charles Taylor. O filósofo canadense, bem antes de Joas, meditou a respeito de uma fenomenologia da articulação e, sobretudo, tratou do assunto de modo conjugado com a problemática da adesão a valores. A maneira como Taylor vai compreender a conexão entre articulação e adesão a valores, sem dúvida, vai orientar parte do próprio pensamento de Joas. Nossa atenção, no entanto, se concentra no artigo *On Articulation*, pois nele se encontra um interessante diálogo com o pensamento de Cornelius Castoriadis sobre a filosofia da linguagem. Tal diálogo teórico constitui o pano de fundo para o desenvolvimento mais sistemático da problemática da articulação na obra de Joas. Claramente, seu interesse em

14 Ver Alexander (1987).

15 O mesmo artigo foi posteriormente republicado na obra *Do We Need Religion? On the Experience of Self-transcendence* (2008) com novo título: *On the Articulation of Experience* (cap. 3).

16 Para a escrita deste artigo, consultamos a versão traduzida para o inglês com o título *Genesis of Values* e publicada pela The University of Chicago Press em 2000.

17 Consultamos a versão traduzida para o português em 1997 pela editora Loyola com o título *As Fontes do Self: A construção da identidade moderna*.

Castoriadis se deve ao fato deste último desenvolver reflexões filosóficas importantes acerca da criatividade. E, para os que estão familiarizados com o programa de pesquisas de Hans Joas, a criatividade da ação constitui a unidade de análise central de sua sociologia.

Todavia, antes de avançar na sua própria abordagem da relação entre experiência e interpretação, Joas, inicialmente, resgata de um ensaio de Castoriadis intitulado *Le dicible et l'indicible* [1971] (1987)¹⁸. Escrito em homenagem ao também filósofo francês Maurice Merleau-Ponty, nesse ensaio Castoriadis desenvolve o que Joas acredita ser uma formulação original da filosofia da linguagem. Insatisfeito com as consequências da virada linguística, no modo como a questão da relação entre experiência e interpretação acabou sendo tratada pelo *mainstream* das ciências sociais, mas também consciente dos limites teóricos da abordagem pragmatista tradicional para lidar com a mesma questão, Joas revisita a filosofia de Castoriadis, e acredita que este oferece os meios conceituais e interpretativos necessários para uma leitura pragmática renovada da relação entre experiência e interpretação. Em especial, existiria nos escritos de Castoriadis, um modelo inacabado de “versão alternativa” da virada linguística, distinta tanto das versões pós-estruturalistas quanto das versões neopragmáticas de inspiração wittgenstiana. Igualmente, ainda que inacabado, o modelo de fenomenologia da linguagem formulado por Castoriadis apresenta um potencial teórico que pode ser ainda mais desenvolvido, se articulado com esquemas interpretativos tomados de empréstimo do pragmatismo estadunidense. Dessa forma, Joas interpreta a curta incursão teórica de Castoriadis no campo de estudos da filosofia da linguagem como uma contribuição original e alternativa ao debate contemporâneo, sobretudo porque Castoriadis teve a iniciativa de revisar teoricamente a fenomenologia da linguagem de Merleau-Ponty, de modo a melhor entender a tensão entre o “dito” e o “não dito”, assim como o papel da articulação nessa tensão. O sociólogo alemão resume seu interesse geral no ensaio de Castoriadis com as seguintes palavras:

Minha reflexão sobre a meditação de Castoriadis tem um duplo propósito. Deveria permitir situar uma característica importante do pensamento de Castoriadis na história da filosofia do século XX e ajudar a descobrir como exatamente as ideias de Castoriadis estão relacionadas com as atuais tentativas de revitalizar o pragmatismo na teoria social. Minha principal questão é: como a concepção pós-fenomenológica da linguagem de Castoriadis se relaciona com a “virada linguística” na filosofia do século XX? (JOAS, 2008, p. 33, tradução nossa).¹⁹

18 Consultamos a versão do artigo em português (*O dizível e o indizível*) publicada pela editora Paz e Terra. Sobre a publicação em português, ver Castoriadis (1987).

19 No original, leia-se: “My meditation on Castoriadis’s meditation has a double purpose. It should allow me to situate one important feature of Castoriadis’s thinking in the history of twentieth-century philosophy, and it should help to find out exactly Castoriadis’s ideas are related to current attempts at revitalizing pragmatism in social theory. My main question is: How is Castoriadis’s post-phenomenological conception of language related to the “linguistic turn” in twentieth-century philosophy?”.

Ao contrário do que se pensava, argumenta Joas, Castoriadis não defendeu uma posição “pré-linguística” da filosofia, mas um projeto de desenvolvimento de sua própria versão alternativa da “virada linguística”. Corrobora essa hipótese quando Castoriadis tem contato com os escritos de Merleau-Ponty sobre a linguagem e reconhece, no principal nome da tradição fenomenológica francesa, um pensador também preocupado em superar as aporias da filosofia da consciência, sem necessariamente seguir os mesmos passos da linguística estruturalista e da filosofia wittgensteiniana. No entanto, apesar do reconhecido esforço intelectual, a fusão entre linguagem e pensamento realizada por Merleau-Ponty se mostrava frustrante ao olhar teórico de Castoriadis. Este último entendia que, embora Merleau-Ponty fosse em direção ao desenvolvimento de uma complexa filosofia da linguagem, não logrou bons frutos teóricos, talvez em razão de sua morte prematura. Após reconhecer o mérito de Merleau-Ponty em tentar superar a filosofia da consciência, Castoriadis procurou ir além, no sentido de desenvolver também sua própria versão alternativa do giro linguístico.

Como é sabido, em sua filosofia da linguagem, Castoriadis travou um debate teórico acalorado com o estruturalismo sobre o *status* do simbólico. Acresce-se a isso a existência de uma motivação política de fundo no debate. Conforme aponta Breckman (2013, p.112), Castoriadis aspirava desenvolver uma compreensão da atividade simbólica compatível com sua visão da criatividade histórico social e da luta por autonomia. Contudo, também não há dúvida de que Castoriadis procurava entender como se processava a “criatividade” dentro do sistema simbólico. E que enxergava limites em relação a isso nas interpretações estruturalistas, posto que estas compreendiam fenômenos de inovação simbólica como “recombinações de elementos linguísticos já constituídos”. Em consequência, o estruturalismo linguístico acabava por reproduzir os erros do racionalismo, excluindo de seu modelo interpretativo a possibilidade de criatividade na agência humana, sobretudo nas interações mediadas linguisticamente. Contra esse reducionismo, ao interrogar-se sobre a origem do simbólico e dos processos de emergência do novo, Castoriadis procurou vincular a questão do simbólico à questão da instituição.

De início, ele acompanhou os estruturalistas e também reconheceu o caráter arbitrário dos signos. Porém, seu acordo com o estruturalismo parou por aí, pois Castoriadis foi além ao acrescentar que o fenômeno de arbitrariedade do signo deveria ser explicado pelo processo de institucionalização. E mais que isso: “O mundo desempenha o seu papel nos processos de institucionalização e atualização de sistemas de signos” (JOAS, 2002, p. 502, tradução nossa).²⁰

Com essa assertiva, o teórico das “instituições imaginárias” procurou evitar, de um lado, um retorno a concepções de linguagem e percepção como “cópias” do mundo objetivo; e, de outro lado, rejeitar a imagem do mundo como algo tão arbitrário quanto o signo. Desse modo, as diferenças entre o estruturalismo e Castoriadis se ampliavam à medida que este último avançava em sua interpretação

20 No original, leia-se: “the world plays its role in the processes of institutionalization and actualization of sign systems”.

da extensão da arbitrariedade. Enquanto o estruturalismo compreendia os signos e o mundo como duplamente arbitrários, Castoriadis restringiu o caráter arbitrário apenas ao signo.

Eis, então, que a questão central, para Castoriadis, era saber como o “novo” pode surgir num quadro como o do universo linguisticamente constituído. Para responder adequadamente a essa questão, era necessário considerar de imediato o papel da experiência na *criatividade dos esquemas de interpretação*. Criatividade que tanto Castoriadis quanto Merleau-Ponty identificaram como potencialmente inscrita em um tipo particular de experiência: a experiência de uma lacuna (*experience of a gap*):

Um vazio que invade o já expresso; Um vazio que é determinado no sentido de que aquele que está prestes a falar sabe que existe algo mais e mais a dizer do que já foi dito, mas sabe nada positivo além desse fato, além do fato de que não é dito pelo que já foi dito (CASTORIADIS apud JOAS, 2002, p. 509, tradução nossa).²¹

Em outras palavras, a experiência de lacuna se caracteriza pela sensação de que os esquemas interpretativos disponíveis não são suficientes para dizer tudo o que se sente (JOAS, 2008, p. 35). Para Joas, Castoriadis teria identificado a existência de um fenômeno já bastante familiar aos filósofos pragmatistas, qual seja, a necessidade de articulação diante de problemas práticos envolvendo a interpretação da ação. Contudo, o filósofo francês teria ido mais longe que os pragmatistas, uma vez que destacou a indispensabilidade da linguagem na própria articulação dos limites de nossas habilidades para articular. Dito de outro modo, se a busca por articulação expressa a necessidade de revisão criativa da nossa linguagem de interpretação, também a consciência dos limites linguísticos só se manifesta pela via da linguagem. Novas interpretações da experiência não são fenômenos “extralinguísticos”, mas processos criativos *da e na* linguagem. Ainda que destacando a possibilidade de inovação e criatividade da linguagem, Castoriadis procurou reconhecer os limites impostos pelo campo da linguagem, limites estes tão assinalados por outras vertentes teóricas da virada linguística.

Hans Joas acredita que as intuições de Castoriadis sobre a fenomenologia da linguagem são importantes para reposicionar o entendimento científico sobre a relação entre linguagem e experiência e, portanto, torna possível extrair algumas conclusões gerais sobre os modos pelos quais nossas experiências se relacionam com nossa linguagem. Em primeiro lugar, assim como a articulação se origina nas experiências de lacuna, também adquirimos consciência de nossas experiências quando nos defrontamos com as dificuldades em articulá-las. A experiência de tensão traz em si um potencial de aprendizado cognitivo. Em segundo lugar, se é plausível vivenciarmos novas e diferentes experiências ao longo de nossa biografia,

21 No original, leia-se: “A void which swells in the already expressed; a void which is determined in the sense that the one who is about to speak knows that there is something other and more to be said than what has already been said, but knows nothing positive beyond that fact, beyond the fact that it is not said by what has already been said”

também o é que apenas algumas dessas experiências passem pelo processo de transição do nível “pré-linguístico” para o linguístico (JOAS, 2008, p. 37). Finalmente, para Joas, não é sensato falarmos em experiências se não há demandas por articulação de novos esquemas interpretativos (JOAS, 2008, p. 37). Mais do que isso, só devemos falar em experiência quando há tensão entre os nossos sentimentos e os meios simbólicos disponíveis que mobilizamos para expressá-los. E esse último ponto é fundamental, posto que torna evidente a intenção de Joas em conciliar intuições da filosofia pragmática com a filosofia da linguagem pós- virada linguística. Para o autor, processos de significação da ação ocorrem somente na prática, e é somente nela que podem ser “ativadas” ou manifestadas as tensões e a consequente necessidade de novas articulações de sentidos para a ação. É por abordar essa última dimensão fenomenológica da linguagem que Joas reconhece em Castoriadis um filósofo mais rigoroso que os pragmatistas no tratamento da conexão entre experiência e significação. Isso porque Castoriadis considerava a própria “experiência de articulação” como uma condição de possibilidade da consciência sobre a inadequação das articulações disponíveis: “Sem a linguagem, seria impossível articular os limites das nossas habilidades linguísticas para articular. Nunca teríamos consciência delas.” (JOAS, 2008, p. 37, tradução nossa)²².

Assim, não se trata apenas da tensão entre a intenção de dizer algo e a linguagem disponível, mas de reconhecer que a própria tensão pode ser articulada e vivenciada na linguagem. Se compreendemos o significado como o “resultado” da articulação, então fica nítido que a sua não “rearticulação” resulta em “morte” do significado: “sem rearticulação, a articulação permanece morta” (JOAS, 2008, p. 37, tradução nossa)²³. Mas Joas não para por aí. Inspirado pelo filósofo pragmatista William James, ele destacará também que podemos encontrar articulações que nos tornam conscientes de experiências que já tivemos no passado²⁴. De maneira geral, em sua releitura pragmática do processo de articulação, o autor oferece uma tipologia fenomenológica dos modos de interação entre experiência e articulação com grande potencial de aplicação em pesquisas empíricas.

É o que o próprio Joas procurou fazer, em obras posteriores, a exemplo de *Die Sakralität der Person: Eine neue Genealogie der Menschenreche* [2011] (2012)²⁵,

22 No original, leia-se: “Without language, it would be impossible to articulate the limits of our linguistic abilities to articulate. We would not even become aware of them”.

23 No original, leia-se: “Without rearticulation, the articulation remains dead”.

24 É pertinente assinalar que esse mesmo fenômeno já foi também observado pelo sociólogo francês Bernard Lahire (2002, p.72): “A simples reencenação num cenário comum (paisagem, espaço urbano, apartamento...), a visão de um detalhe (um gesto, uma roupa...), uma situação auditiva (uma voz, uma risada, um ruído...), gustativa ou olfativa (um gosto ou um cheiro naturais ou artificiais) podem desencadear uma lembrança (e por isso mesmo provocar uma grande emoção), reabrir todo um passado que se julgava esquecido (o “isto me lembra isso ou aquilo”) ou instigar à ação provocando a entrada em movimento de um esquema de ação, de um hábito (o “isto me faz agir desse ou daquele modo”)”.

25 Consultamos a versão em português elaborada por Nélcio Schneider e publicada pela editora da Unesp em 2012 com o título *A sacralidade da pessoa: nova genealogia dos direitos humanos*.

um estudo histórico-sociológico da gênese da adesão aos direitos humanos. Aqui, procura responder às questões empíricas concernentes à gênese dos direitos humanos e sua generalização no Ocidente com o emprego dos conceitos desenvolvidos na órbita de sua sociologia dos valores. Também no mesmo estudo, Joas trava um interessante debate a respeito das condições de possibilidade da articulação de experiências históricas de violência e suas consequências para a generalização de valores em contextos sociais de encontro entre tradições axiológicas diferentes²⁶. Com o emprego de sua tipologia fenomenológica das experiências de articulação, ele desvela processos culturais inovadores, caracterizados pela “modificação das interpretações de situações já estabelecidas publicamente” e por “tentativas de articulação de experiências que não são adequadamente expressas” (JOAS, 2012, p. 128-129).

É em particular na crítica ao conceito de “trauma cultural”, desenvolvido por Jeffrey Alexander – sobretudo na sua capacidade de enfrentamento analítico do problema da assimilabilidade –, que Joas vai aplicar sua abordagem fenomenológica da experiência de articulação. Após demonstrar as dificuldades de se comprovar empiricamente a existência do nexos causal entre violência e adesão a valores universalistas, ele defenderá que a questão do nexos causal precisa ser abordada em outra perspectiva: dentro do problema da “assimilação do passado”. Para Joas, a “não assimilabilidade do passado” – característica importante dos traumas – pode ser descrita como a “enorme dificuldade que tem aquele que os experimenta de inseri-los no quadro interpretativo que está à sua disposição” (JOAS, 2012, p. 122). Compreendendo a não assimilabilidade da experiência traumática como um “fato objetivo”, isto é, “independente da dinâmica do evento cultural de interpretação” (JOAS, 2012, p. 123), Joas acusa a abordagem “construtivista” de Alexander de apresentar uma explicação da experiência de traumatização centrada exclusivamente em “processos culturais de definição”²⁷, deixando fora da análise sociológica os casos de traumatização que não encontram apoio na cultura “nativa” (JOAS, 2012, p. 126).

Contra o que classifica como “estreitamento culturalista”, ele argumenta que os casos de não assimilabilidade de experiências traumáticas podem ser mais bem compreendidos como tipos de “sofrimento inarticulado” produzidos por um

26 Ver principalmente o capítulo III (Violência e dignidade humana: Como experiências se convertem em direitos em Joas, *A sacralidade da pessoa: nova genealogia dos direitos humanos* (2012).

27 No texto de Alexander em debate, “On the social construction of moral universals”, que integra o livro *The Meanings of Social Life: A Cultural Sociology* (2003, p.27-84), de fato o sociólogo estadunidense apresenta uma descrição fenomenológica do processo de construção cultural do trauma, mas não se aprofunda na análise das formas inarticuladas do trauma. Em consequência disso, no modelo culturalista de Alexander, o trauma tem sua existência constatada apenas nos casos de “definição cultural”. Joas (2012, p.128) argumenta que Alexander descartou apressadamente as contribuições da psicologia social e que se tivesse dado uma atenção maior aos fenômenos de traumatização psicológica, teria chegado à constatação da necessidade de diferenciação entre “traumatizações que não são culturais ou não são culturalmente legitimadas” e aquelas pretensões que são reconhecidas como traumas culturais mesmo quando não há nenhuma traumatização psicológica.

quadro interpretativo público insuficiente. Isto é, interpretações disponíveis que não contemplam dimensões importantes da experiência vivida, conforme Joas (2012, p.124-125) ilustra tão bem com os casos de sofrimento inarticulado nas narrativas hegemônicas sobre a colonização, o holocausto e as práticas de etnocídio conduzidas por Estados Nacionais²⁸. Nesse ponto, Joas acaba por tocar em dimensões “ideológicas” e políticas importantes da produção discursiva dominante acerca dos acontecimentos históricos: além de invisibilizar demandas de justiça de determinados grupos envolvidos em fatos históricos importantes, as narrativas hegemônicas também podem contribuir para fomentar uma imagem fraturada ou distorcida da identidade cultural de grupos que têm sua história biográfica compreendida em termos estigmatizantes. Este não é o lugar para aprofundamentos sobre as diferentes implicações do monopólio discursivo dos fatos históricos, mas, felizmente, a respeito do assunto, tem crescido uma literatura revisionista e crítica nas ciências sociais. Trabalhos como os de Paul Gilroy e Michel Mann²⁹ são importantes referências sobre o assunto.

Em face do exposto até aqui, podemos depreender que o processo de articulação desempenha um papel importante na maneira como interpretamos situações vividas, assim como também na modificação de interpretações consolidadas. Além disso, Joas suplementa com a ideia de que a maneira como interpretamos as nossas experiências vividas exerce influência no modo como nos posicionamos em relação a determinados valores³⁰.

Assim, na relação que estabelecemos emocionalmente com nossos valores e com a apreensão interpretativa das nossas experiências, devemos considerar a possibilidade empírica de não estarmos preenchendo todas as dimensões da nossa agência. Ou ainda que, embora nossos sentimentos necessitem de uma articulação, nem sempre as nossas autointerpretações expressam todos os nossos sentimentos. Finalmente, que a tensão entre os nossos sentimentos morais e a interpretação disponível pode resultar em inovação: “Se for difícil ou impossível expressar seus próprios sentimentos no vocabulário disponível em uma determinada cultura, então formas inovadoras possam talvez ser inventadas ou emprestadas de outras culturas” (JOAS, 2008, p.39)³¹. É essa dimensão potencialmente *criativa* inscrita na tensão

28 Considerando a nossa própria história nacional, o “mito da democracia racial” talvez seja o caso mais escandaloso de “sofrimento inarticulado” provocado por uma interpretação distorcida da sociabilidade escravocrata no Brasil colonial. Seu efeito mais perverso socialmente foi a negação do racismo como fenômeno estruturalmente presente em nossas diferentes instituições e na vida cotidiana. Sobre a tese da democracia racial e as controvérsias em torno do seu uso nas ciências sociais, ver Alfredo Guimarães (2004) e Costa (2006). E sobre as consequências da narrativa da democracia racial na invisibilidade do racismo institucional, ver, por exemplo, Lima e Vala (2004).

29 Refiro-me a, respectivamente, *The Black Atlantic* (1993) [*O Atlântico negro* (2001)] e *The Dark Side of Democracy* (2005).

30 Aqui, Joas se inspira nos escritos de Taylor (1997).

31 No original, leia-se: “If it is difficult or impossible to express one’s own feelings in the vocabulary available in a given culture, then innovative forms can perhaps be invented or borrowed from other cultures”.

entre experiência e articulação que abordagens culturalistas³² e racionalistas³³ não capturam com suas interpretações estreitas sobre a fenomenologia da linguagem.

Da reflexão de Joas, destacamos pelos menos três proposições gerais que devem ser consideradas em qualquer investigação empírica da experiência humana: em primeiro lugar, é preciso considerar a existência de uma *conexão tensa e dinâmica* entre experiências, articulação e adesão a valores; e, em segundo lugar, é preciso compreender os atos de interpretação e adesão a valores como *ações em aberto*, passíveis de revisões situacionais. Finalmente, compreender que o potencial criativo da tensão entre experiência e interpretação se encontra circunscrito ao próprio esforço de articulação da experiência vivida. A seguir, veremos como a tensão entre experiência e articulação se evidencia em dois casos de violência intrafamiliar.

Valéria e Lena: duas mulheres diferentes, tragédias familiares em comum

Nesta seção, serão apresentados dois relatos de história de vida de mulheres, Valéria e Lena³⁴, que sofreram experiências de abuso sexual na infância e que inicialmente encontraram dificuldades em articular tais experiências de violência a partir dos esquemas de interpretação disponíveis em suas redes de relações institucionais primárias. As duas entrevistas foram realizadas pela antropóloga Andressa Morais, no mês de janeiro de 2016, na cidade de Natal-RN, durante pesquisa de campo para o Projeto Radiografia do Brasil Contemporâneo do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea)³⁵. Com duração média de 3 horas e meia para cada perfil entrevistado (totalizando quase 7 horas de gravação), foram realizadas entrevistas face a face, com o emprego do método retrospectivo (análise biográfica), em que as entrevistadas foram interrogadas sobre o seu passado biográfico, tendo sido, posteriormente, reconstruído de modo analítico pela

32 A/O culturalista tende a enxergar sempre de maneira negativa qualquer assimilação de esquemas interpretativos “estrangeiros” pelos atores “nativos” em seus próprios atos de significação da ação. E chegam, em alguns casos, ao extremo de afirmar, sem pudor relativista algum, que qualquer experiência de violência que ganha somente visibilidade pelos esquemas interpretativos tomados de empréstimo de outras culturas não passa de uma imposição “arbitrária” de problemas que nunca fizeram parte de suas realidades sociais.

33 A/O racionalista, por sua vez, rejeita *a priori* qualquer pretensão de verdade ou validade em formas de comunicação fora da moldura do discurso racional. Sobre isso, ver a crítica de Joas (2012, p. 92-93; p. 249-255).

34 Faremos uso de nomes fictícios para garantir o anonimato de nossas interlocutoras.

35 O objetivo geral do “Projeto Radiografia do Brasil Contemporâneo” era o desenvolvimento de uma pesquisa empírica nacional sobre os padrões de comportamento, atitudes e crenças de categorias socioprofissionais situadas nas classes populares, médias e altas, assim como sua gênese social. O produto final da pesquisa foi a produção de um banco de dados sobre as diferenças entre as classes sociais e a produção “Textos para Discussão” (TDs), posteriormente entregues ao presidente do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea), Jessé Souza, em 2016.

pesquisadora um resumo de suas experiências vividas e crenças incorporadas em diferentes contextos situacionais (família, escola, trabalho, religião)³⁶.

Para os interesses específicos da discussão deste artigo, trabalhamos exclusivamente com a experiência vivida em um contexto situacional específico (família), a fim de apreender uma tipologia de violência, isto é, a experiência vivida de “violência intrafamiliar”. O que caracteriza fundamentalmente a violência intrafamiliar é a existência de práticas de violência física ou psicológica dirigidas contra membros de uma mesma configuração familiar (DAY *et al.*, 2003). Além disso, a violência intrafamiliar se distingue da violência doméstica, uma vez que a primeira envolve sempre a presença do vínculo de parentesco. No caso da violência doméstica, no entanto, o vínculo de parentesco não é uma condição necessária de sua existência (empregados, agregados e visitantes podem ser vítimas). Os dois perfis apresentados a seguir devem, assim, ser compreendidos como situados dentro da tipologia da violência intrafamiliar.

Valéria

Com um corpo magro e com curvas, pele negra e cabelos crespos com mechas douradas, olhos castanhos e cílios volumosos que enfatizam o seu olhar, Valéria, 23 anos, apesar de um tom de voz agudo, tem uma fala baixa com gestos tímidos e é “baixinha” – como ela mesma acentua, sorrindo sem jeito. cursando a graduação em Farmácia numa universidade pública do Rio Grande do Norte, Valéria também divide o seu tempo diário com a ocupação profissional de gerente de produção numa empresa de produtos farmacêuticos e o cargo de vice-presidente de uma Organização não Governamental voltada para a promoção de ações de sustentabilidade.

Criada num ambiente familiar de vulnerabilidade econômica, Valéria guarda na memória de sua infância a escassez de alimentos, poucos recursos e muitas crianças para alimentar pelas mãos de Dona Melina (sua avó, que era aposentada) e Dona Ana (sua mãe), esta última trabalhava como cozinheira/merendeira em empregos temporários (restaurantes, hotéis e escolas). Andrea, sua irmã mais velha (hoje com 30 anos) era filha de Dona Ana em outro relacionamento amoroso acontecido antes de conhecer o pai de Valéria. A irmã não vivia muito em casa, passava o dia nas casas de amigas, familiares. Daniel, o irmão mais novo (atualmente com 19 anos), é filho do mesmo pai de Valéria. Além de sua mãe, avó e os dois irmãos, havia também outro importante ator em sua rede de sociabilidade doméstica. Na história familiar de Valéria, seu pai é um protagonista importante: Joanielson (62 anos) morava parcialmente na residência familiar, pois só aparecia aos finais de semana para visitar a família de Valéria (costumava residir no sábado e domingo); nos outros dias da semana, morava com outra família (de segunda a sexta).

36 Sobre a metodologia empregada na pesquisa empírica, nos inspiramos parcialmente em Barbort (2015) e Safi (2015).

Além da urgência econômica, Valéria lidava ainda na infância com uma sociabilidade familiar marcada por conflitos entre os pais: brigas constantes nos finais de semana por causas financeiras e por acusações de traições matrimoniais de ambos os lados. Em alguns momentos de fúria, Joanielson acusava a mãe de tê-lo traído e Valéria de não ser realmente sua filha biológica. Conflituosa e traumática foi e ainda é a relação da própria Valéria com o seu pai, uma relação permeada por experiências de dor e traumas.

Movido por um ciúme asfixiante pela filha, Joanielson impedia Valéria de sair de casa, brincar na rua, de ter amigos (principalmente do sexo masculino), e não escondia sua desconfiança para com qualquer “menino” que se aproximava dela. Por volta dos seus 8 anos, Valéria estranhava aquela vida de privações afetivas e se sentia solitária (“ele não escondia que tinha ciúmes até dos meus primos que moravam com a gente”).

Atualmente, Valéria não conversa com o pai e, à medida que desenvolvemos a conversa a respeito, tomamos conhecimento das reais razões de seu afastamento de qualquer contato ou diálogo com o pai no presente (“ele tentou bulir comigo”). Valéria sofreu abusos sexuais do pai durante a sua infância e isso a marcou emocionalmente. Tinha 8 anos quando aconteceu o abuso pela primeira vez, lembra ela. Enquanto estava no quarto, deitada para dormir, e seu irmão Daniel assistia TV na sala, seu pai entrou em silêncio e se aproximou, alisando o ombro dela (“Aí eu tive aquele susto e ele pediu pra eu ficar calada que ia só me botar pra dormir. E eu tive nojo só de vê-lo. Ele tocou em todas as partes. Todas! E eu tinha muita raiva e guardava essa raiva dentro de mim”). Na ocasião, sua mãe se encontrava embriagada e desfalecida (“Bêbada! A minha mãe é o tipo da bêbada que dorme e não adianta chamar, você sacode ela e ela não acorda”). Sobre a experiência de abuso sexual, Valéria lembra emocionada e faz um relato constrangido (“ele alisava meu corpo inteiro, pegava no... e mexia, passava as mãos em mim, eu sentia tanto nojo e tanto e medo”). Joanielson despiu sua filha e a fazia tocar nele para ter prazer sexual, com uma mão segurava a mão dela e dirigia em direção às suas partes íntimas. Com a outra mão cobria a boca de sua filha para silenciá-la e, à medida que se sentia seguro de que ela não iria gritar, passava a tocar a mão nas partes íntimas da menina.

Valéria vivenciava esse drama pessoal com frequência, em particular nas ocasiões em que seus pais bebiam. O pai se aproveitava do quadro de total embriaguez da mãe e de seu desfalecimento provocado pelo excesso de álcool para assediar sexualmente a própria filha (“ele sabia que ela ficava daquele jeito, então ele se aproveitava e fazia ela beber mais e mais e ele bebia menos do que ela, eu pedia para ela não beber. Eu tenho nojo de bebida. Não bebo.”). Ela relata que seu pai queria sempre vê-la sem roupa e que a ameaçava (“se você contar pra ela [mãe], ela não vai acreditar. Você só vai acabar com a [nossa] relação com sua mãe e com a nossa família”).

Por muito tempo de sua infância, Valéria viveu aquelas situações sem muito entendimento do que se passava exatamente entre ela e o pai e muito menos de que se tratava de uma violação de sua integridade física e moral. O que era perceptível para ela era o profundo mal-estar com tudo aquilo. Na época em que passou por essa situação, Valéria relata que não tinha o domínio dos termos que poderiam ser utilizados para nomear e articular o que acontecia, algo que somente mais tarde entendeu. No entanto, mesmo não tendo a compreensão clara do que se passava com seu pai, ela sentia

vontade de contar para a mãe. O que a impedia era o medo da reação de sua mãe diante da revelação. Conforme se desenvolvia uma maior compreensão da experiência de violência que vivenciava, mais se sentia assustada e insegura em compartilhar seu drama com a própria mãe. Assim, Valéria acabava optando pelo silêncio desconfortável (“eu tive tanto medo dela não acreditar, de acreditar nele e preferir não fazer nada, por isso não contei e até hoje não conto porque tenho vergonha disso. Na época, eu dizia que não falava com ele pelas coisas que ele fazia com ela, que eu não conseguia entender como ela não aceitou do pai de Andrea [irmã mais velha, filha de outro pai] e aceitou dele. Que amor doentio era esse?”).

Durante a conversa sobre o assunto, no curso da entrevista, era possível perceber os diferentes sentimentos expressos nos gestos e fala de Valéria, um misto de medo e alívio provocado pelo desabafo de algo tão íntimo e visceral. Ainda sobre as experiências de abuso sexual, o “limite”, relata Valéria, foi o dia em que a mãe saiu e o pai deu dinheiro para o filho ir jogar videogame na rua, forçando uma situação em que ele ficou a sós com Valéria – esta, vendo o desenrolar do acontecimento, já previa que o pai “ia tentar alguma coisa”. Diante da situação, ela começou a ameaçá-lo: “vou gritar até os vizinhos escutarem”, e como ele insistia, ela gritou, resultando finalmente no seu afastamento. Depois desse dia, Valéria procurou a mãe e disse: “eu não vou mais falar com ele, nunca mais! Não me obrigue. Não quero conversa com ele”. Valéria conta que a mãe ficou “querendo acreditar que foi por causa dela [mãe], mas no fundo ela ficou querendo acreditar que era por alguma coisa”.

Em alguma medida, acredita Valéria, sua mãe sabia do que se passava, mas, por dependência emocional do marido, parecia assumir uma atitude deliberada de ignorância diante dos fortes indícios. Em consequência, os abusos sexuais continuaram a se repetir por cerca de aproximadamente 8 anos, quando Valéria, então com 14 anos, foi levada pela mãe para um Centro Espírita, pois ela começou a ter febres altas internas e se tremia toda (“mas era medo!”). Dona Ana achava que Valéria tinha um problema espiritual com o pai, pois a filha só adoecia quando ele chegava, no final de semana (“na semana eu estava bem, mas quando ia chegando a sexta-feira ficava mal, já começava a adoecer e ficava mole pelos cantos”).

Ao longo da entrevista, Valéria chorou, resultando em interrupções e momentos de silêncio compartilhado com a pesquisadora. Era uma experiência de sofrimento sendo atualizada por ela. Da experiência traumática com o pai, Valéria confessa não sentir nenhum “sentimento de pai e filha” (“hoje, ele está sofrendo com as doenças dele, está impotente em função da hipertensão, sofrendo com diabetes e que ninguém cuida dele, nenhum dos filhos. São castigos! Hoje tenho pena, mas acho que ele está pagando por tudo que fez!”). Concluída a entrevista, Valéria expressa o alívio emocional após a experiência de articulação de seu mal-estar com o pai. Era a primeira vez que ela relatava sua experiência de violência intrafamiliar para alguém e se sentia bem com o desabafo ([precisava tirar] “aquilo de dentro mim”). Questionada sobre a possibilidade de ter compartilhado essa história com outras pessoas, ela responde: “Ninguém sabe. Você é a única pessoa para quem estou falando, é a primeira vez que falo sobre isso”.

Sobre as marcas do passado em sua vida adulta, Valéria fala das dificuldades e problemas em seu relacionamento atual e do medo que lhe acompanha ainda quando

seu namorado vai tocá-la. Numa relação amorosa, acerca de seis anos, somente nos últimos dois é que ela vivenciou uma relação sexual (“não conseguia estar despida na frente de alguém”). De certo modo, Valéria, aos poucos, vai aprendendo a experimentar a sua sexualidade e a vida amorosa de um modo não doloroso, mas, ainda assim, cheia de resistências emocionais, reconhecendo uma “culpa” por “ter coisas na relação que não consigo fazer até hoje”.

Como muitas mulheres que são violentadas sexualmente na infância, Valéria sedimenta na disposição do seu corpo a falta de confiança em si mesma. Vítima da “espécie mais elementar de rebaixamento pessoal”³⁷, ela expressa dificuldades de confiança em si e no mundo, além de acionar um medo de estar sujeita à vontade de um outro em qualquer relação que envolva ligação afetiva com outras pessoas. Em Valéria, a tensão entre o dito e o não dito se evidencia nas inúmeras tentativas de articulação de sua experiência de mal-estar com o pai, em particular, nas situações em que suas interpretações pessoais não encontram confirmação em sua rede pessoal de interlocução primária (interpretações duplamente rejeitadas tanto pelo pai quanto pela mãe). A experiência de lacuna em Valéria não era tanto por falta de um repertório interpretativo de sua experiência negativa com o pai, mas por não encontrar inicialmente uma relação intersubjetiva que confirmasse suas articulações. Na relação violenta com os pais, diante da possibilidade de tornar pública a sua versão dos fatos, em resposta, Valéria era desengajada moralmente por eles ao ser acusada de não se posicionar “adequadamente” na direção do “bem” maior (a preservação do casamento dos pais e da unidade familiar). Sob o medo de ser responsável por profanar a “sagrada família”, Valéria vivenciava fisicamente e subjetivamente a destruição de sua autoconfiança elementar. De modo paradoxal, seus pais não compreendiam que as demandas subjetivas de Valéria não contrariavam o ideal de família moderna, mas representavam a expressão da exigência normativa de se compreender a família como uma comunidade de afetos recíprocos entre os membros³⁸. À medida que crescia a compreensão de Valéria sobre o ideal moderno de família como comunidade de trocas afetivas, também crescia a sua consciência moral dos problemas internos na sua vida familiar que dificultavam a exigência normativa de relações intersubjetivas baseadas no afeto recíproco.

Lena

Lena, 39 anos, pele branca, cabelos curtos e lisos, tem um senso de humor bem apurado. Funcionária pública e oriunda de família de classe média, Lena mora num bairro tradicional da capital potiguar com sua filha, Lulu (20 anos, cursa a graduação

37 Sobre as consequências da violência na autorrelação prática dos sujeitos, ver Honneth (2003, p. 214-215).

38 Sobre o ideal moderno de família como comunidade de afetos e as exigências normativas em torno desse ideal, ver o valioso artigo de Honneth, *Between Justice and Affection: The Family as a Field of Moral Disputes in Disrespect* (2007).

em direito numa universidade pública federal), sua outra “filha, Bibi” (uma cachorra da raça poodle), e uma senhora idosa (Dona Filó), a quem Lena atribuiu um forte laço maternal (foi sua babá na infância e, posteriormente, também babá de Lulu).

Lamentando a não conclusão de um curso de graduação em economia, consequência do ingresso na carreira profissional do serviço público de saúde quando ainda era estudante, Lena demonstra interesse em voltar a estudar após conseguir sua aposentadoria no serviço público (“sonho um dia poder estudar gastronomia”). Sobre sua vida na infância, Lena lembra-se da sua relação com os pais e irmãos, a devoção afetiva pela avó paterna e os desgostos e decepções que via “castrar” sua infância pela herança tradicional e, segundo ela, “bem machista do meu avô” (materno).

O pai de Lena, Seu Dorico, oficial de justiça federal concursado, iniciou os estudos universitários no curso de engenharia, mas não chegou a concluir. Boêmio e um fiel consumidor da cultura artística, Seu Dorico gostava de farras na rua, frequentava espaços de música, cinema e teatro, além de passeios na praia. Costumava vivenciar esses programas de lazer apenas com os filhos, pois sua esposa e mãe de Lena, Dona Elis, não participava das atividades de lazer, posto que era uma mulher comprometida valorativamente com outra visão – mais tradicional – da vida. Nos papéis sociais de administração da casa, Lena evoca a responsabilidade da mãe em cuidar dos gastos e manter a casa, administrando o dinheiro que o pai ganhava. Embora formada em pedagogia, Dona Elis se mostrava inclinada para uma vida de dona de casa, assumindo o papel de “pilar da casa”.

Durante a entrevista, Lena reflete sobre como suas escolhas biográficas foram afetadas pela experiência de violência vivida no passado e tenta avaliar as influências no comportamento a partir da “criação” que foi dada por sua mãe e seu pai. É no momento de resgate da memória de sua vida familiar que Lena examina mais seriamente os seus dramas do passado. Embora criada em contexto familiar de disciplina e castigo, sobretudo impostos pela mãe, o que lhe “magoou” e lhe causou “traumas” foi a experiência de abuso sexual vivida na infância. Assim como no caso de Valéria, Lena admite nunca ter falado sobre o assunto até o momento da entrevista. E que demorou muitos anos para conseguir entender o que se passava (“[tinha] bloqueado aquilo da minha mente”). Segundo o relato de Lena, seu tio a pegava no colo e a tocava, falava coisas “estranhas”, que lhe causavam mal-estar e repulsa por qualquer tipo de aproximação mais íntima com o tio, mas, ainda assim, ele sempre dava um jeito de pegá-la no colo.

Apesar da experiência desagradável com o tio, somente aos 20 anos de idade, após assistir uma reportagem do *Globo Repórter* sobre o tema da violência e do abuso sexual, Lena conseguiu articular uma interpretação satisfatória para a experiência vivida no passado (“fui me dando conta que era aquilo que acontecia comigo e não sabia dizer. Eu não sabia que aquilo tinha um nome. Eu só sabia que eu não gostava e que eu tinha medo. Medo dele e medo de dizer para minha mãe e ela me castigar por não acreditar em mim”). Interpretar melhor as fontes de seu sofrimento no passado não foi, no entanto, tão libertador ou resiliente como esperamos em todo ato de autoesclarecimento. Na verdade, a experiência de autocompreensão foi sentida com solidão, posto que Lena nunca compartilhou seu trauma com a mãe, pois enxergava nela uma mulher muito “arcaica”, sendo o pai e os irmãos as fontes de autoridade, e, em

consequência disso, ela jamais iria acreditar nas palavras de sua filha (“se eu contasse alguma coisa não saberia dizer o que era e nem sabia como contar” [porque] “não sabia o que era aquilo”). Questionada sobre o que ela sentiu com a experiência de articulação e como ela se sentia hoje, ela resumiu: “Muito complicado. Difícil. Muito difícil mesmo. É difícil! Até de tentar explicar o que você sente. Você se sente humilhada, né? A humilhação é uma coisa muito forte quando se tem sentimento de violência, você se sente muito humilhada. Ai! Isso é muito forte. É mais ou menos isso”.

Talvez, mais do que em Valéria, a história vivida por Lena evidencia bem como opera a relação entre experiência, articulação e orientação para o bem. Foi dito que Lena vivenciava um sofrimento inarticulado na relação violenta com o tio. Na ausência de um estoque de conhecimento à mão, que tornasse possível interpretar adequadamente seus sentimentos morais para com a experiência vivida, Lena oscilava entre o sofrimento e o bloqueio da memória de modo a aliviar o sofrimento – o que pode ser entendido como uma forma de manifestar a tensão entre sentimentos morais e interpretação disponível. Além disso, a própria experiência de articulação teve consequências no modo como Lena se posiciona em relação aos valores. Atualmente, ela se enxerga como uma mulher comprometida com os ideais do feminismo e reconhece na sua vivência pessoal, na esfera das relações de gênero, um forte componente motivador de seu atual compromisso com o ideal da justiça de gênero. Como se apreende em sua história de vida, não foi a experiência de violência em si que despertou nela a solidariedade para com a política feminista, mas a experiência de articulação da violência vivida. Ao articular as fontes de seu sofrimento, Lena não somente pôde reconstruir uma autocompreensão biográfica, como também se reposicionou reflexivamente em relação ao sistema de valores, em particular, na direção do compromisso com os valores do feminismo³⁹. O que anteriormente era uma relação de indiferença, após a articulação, tornou-se uma relação de compromisso ou adesão a valores⁴⁰.

Inarticulação da experiência de sofrimento

Embora localizadas, as histórias de Valéria e Lena permitem tirar algumas conclusões importantes sobre os diferentes modos como os indivíduos se relacionam

39 Como podemos aprender com os casos de Valéria e Lena, experiências de violência podem ser constitutivas de valor e de compromissos de valor; porém, esse vínculo causal não ocorre de maneira direta, pois envolve sempre a mediação da experiência de articulação. Além disso, convém ressaltar também que nem sempre a experiência de articulação resulta em mudança no compromisso com os bens. Em outros casos, a articulação pode servir para ratificar e justificar um compromisso de bens anteriores, mesmo aqueles compromissos morais que são fontes geradoras de sofrimento. O exemplo de Valéria e seu compromisso com o ideal de família é ilustrativo de situações em que a relação reflexiva com os valores não resultou necessariamente em autonomia moral.

40 Sobre o papel da experiência de articulação na reorientação dos atores em relação aos valores, tanto Taylor (1997) quanto Joas (2000) oferecem reflexões detalhadas acerca de sua dinâmica.

com suas experiências. Em primeiro lugar, não resta dúvida de que os atores sociais são capazes de articular racionalmente, na forma discursiva, suas experiências do passado. Aqui não se questiona a “competência reflexiva” dos atores. Porém, este não parece ser o único modo pelo qual nos relacionamos com nossas experiências vividas. Também podemos estabelecer uma relação “inarticulada” ou, ao contrário, uma “reflexividade situada”, deixando de fora do horizonte de nossa reflexão múltiplas experiências passadas e presentes que contribuíram para dar forma ao nosso modo de ser, sentir e agir. Com efeito, demandas contínuas por reinterpretação de nossas experiências podem evidenciar a existência de tensões entre nossos sentimentos e interpretações articuladas dos mesmos.

Conforme atestam os exemplos de Valéria e Lena, diante da dificuldade em expressar os próprios sentimentos morais a partir do vocabulário disponível publicamente, o agente pode se inclinar para a busca de uma nova articulação de seus sentimentos e, em razão disso, abrir-se para uma discussão reflexiva sobre o compromisso de valor em termos de “afirmação, rejeição ou revisão”. E, não menos importante, a revisão da articulação dos sentimentos pode alterar a própria compreensão anterior que se tinha deles. É esse potencial criativo inscrito na tensão entre experiência e interpretação que não aparece nas abordagens culturalistas e racionalistas.

Em concordância com Joas, o que ainda nos parece mais problemático tanto nas abordagens racionalistas quanto nas abordagens culturalistas são os critérios empregados por ambas para comprovar a existência de uma dada experiência: a sua articulação discursiva racional pelo agente, no caso dos racionalistas; ou sua presença na gramática da “forma de vida” do agente, segundo a interpretação culturalista. Logo, para a/o racionalista, a condição prévia de qualquer pretensão de verdade das experiências vividas por Valéria e Lena é a competência na articulação de um discurso fundamentado racionalmente. De imediato, essa exigência prévia já exclui os limites de desenvolvimento cognitivo que existiram durante a infância⁴¹. Além disso, negligencia as “condições diferenciais” de mobilização e condução do discurso racional⁴². Já para a/o culturalista, só é possível falar em violência caso haja no sistema simbólico e, portanto, internalizado pelas duas mulheres, uma linguagem de significação e nomeação da violência. Assim, na ausência de uma “significação”, ou melhor, da “linguistificação” da experiência, não parece plausível falar em violência, argumenta o raciocínio culturalista. E nos casos de Valéria e Lena? Como podemos entender suas experiências de articulação da violência? Não seria o caso de interpretá-las como o resultado *a posteriori* da imposição de um sentido externo ao universo simbólico de mulheres que até então vivenciavam suas experiências intersubjetivas em termos de conflito? Nesse sentido, o conflito teria

41 É importante salientar mais uma vez que as duas foram vítimas de abuso sexual justamente na infância, fase da vida em que o indivíduo ainda está em processo inicial de desenvolvimento de sua consciência moral. Sobre as diferentes teorias que abordam o processo de desenvolvimento moral das crianças, ver Sampaio (2007).

42 Sobre isso, ver a interessante crítica de Bourdieu (2001, p. 80-81) a ética discursiva de Habermas.

sido produzido pela própria “ressignificação” das interações? Casos exemplares de “construção social” da violência? Porém, essa solução culturalista, em que sempre se deriva o conflito (experiência) do significado (linguagem), não fecharia as portas um tanto apressadamente para outras possibilidades? Também existe uma terceira via de interpretação da tensão entre experiência e articulação. Numa chave de leitura mais “psicanalítica”, a tensão entre experiência e interpretação tem sua existência até reconhecida, porém é interpretada quase sempre como “delírios” ou “fantasias”.

Sem descartar as três interpretações possíveis (racionalista, culturalista e psicanalítica), adicionamos outra hipótese empírica tão plausível quanto as anteriores na compreensão das experiências vividas por Valéria e Lena. O que estamos nomeando por *inarticulação linguística do sofrimento* deve ser entendido como a situação na qual o agente que vivencia o sofrimento não encontra um repertório de interpretação em seu campo semântico capaz de estruturar na forma “linguistificada” a experiência vivida⁴³. Como Valéria e Lena vivenciaram na infância a experiência lacunar de um repertório simbólico que nomeie o que aconteceu e que se possa enunciar como “abuso sexual”, “violência intrafamiliar”, “violência de gênero”, a tensão entre experiência e articulação não foi equacionada ao longo de suas biografias. Em grande medida porque a autointerpretação disponível não absolveu todos os sentimentos vividos por cada uma delas nos contextos de suas experiências passadas, principalmente se considerarmos que qualquer articulação depende necessariamente de uma rede intersubjetiva de interlocução. Valéria, por exemplo, encontrava dificuldades não somente de articulação dos seus sentimentos de injustiça, mas também de confirmação e solidariedade por parte da família (em particular, da mãe). Somente em contato com redes intersubjetivas de interlocução “extra”-familiares Valéria pôde imprimir inovações no significado da sua ação. No caso de Lena, se é verdade que ela não encontrou, em sua infância, uma rede intersubjetiva que possibilitasse os meios simbólicos necessários de significação da sua experiência de sofrimento na relação violenta com o tio, também é verdade que, posteriormente, veio a encontrar o repertório simbólico satisfatório para articular seus sentimentos morais passados numa rede de interlocução com as mídias da esfera pública (reportagem veiculada na TV)⁴⁴. Em suma, a forma atual como se configura a rede institucional de relação intersubjetiva pode representar uma barreira ou abertura institucional para a gênese de novas interpretações e de novos compromissos de valor.

Há ainda outra dimensão que precisa ser considerada nos processos de articulação, mas que não é abordada na fenomenologia da experiência de articulação desenvolvida por Joas. Trata-se de entender em que medida experiências de

43 Aqui, a violência também opera no campo do simbólico, pois a vítima “sente” que há um mal-estar vivido, mas não dispõe de um recurso interpretativo satisfatório para expressar linguisticamente o desrespeito e a experiência de abuso.

44 O caso de Lena é interessante também por evidenciar o potencial reflexivo da esfera pública, tão esboçado por Habermas (2003). Nesse sentido, seria pertinente o desenvolvimento de mais pesquisas empíricas sobre os efeitos das mídias nos processos de articulação do mal-estar de outras vítimas de violência no Brasil.

articulação são moldadas diferencialmente pela posição estrutural dos indivíduos, isto é, por clivagens como educação, renda, raça, gênero e classe. Como é sabido, atualmente, nas ciências sociais tem crescido o número de pesquisas empíricas que atestam os efeitos diferenciais da estratificação na maneira como os indivíduos sentem e significam suas experiências vividas. Em parte sob influência dos estudos contemporâneos feministas e pelo crescente uso de abordagens interseccionais, cientistas sociais destacam que, conforme a ênfase metodológica na análise interseccional, podemos encontrar múltiplas variações nas experiências de violência e opressão entre grupos, nos tipos de interação ou na relação com diferentes instituições⁴⁵. Aplicando o modelo “processual” de análise interseccional⁴⁶ aos dois casos de violência intrafamiliar examinados neste estudo, é fácil constatar que grande parte da dificuldade tanto de Valéria quanto de Lena na articulação de uma interpretação para suas experiências de violência provém da forma de interação intersubjetiva – relações abusivas que as duas vivenciavam com figuras masculinas (o pai e o tio) – que assentava as redes de interlocução das duas. Nesse sentido, pelo menos nos dois casos empíricos apresentados neste artigo, a dinâmica da tensão entre experiência e interpretação se encontra vinculada com a estrutura de desigualdade de gênero presente nas famílias das entrevistadas. Para confirmar ou refutar o nexos causal existente, caberia ainda uma comparação com outros casos de violência intrafamiliar semelhantes, nos quais as vítimas de abusos sexuais na infância fossem homens. Infelizmente, esse é mais um dos limites do presente estudo, mas que podem ser sanados em futuras investigações.

Para finalizar, sublinhamos que não foi nossa intenção oferecer uma melhor resposta de interpretação para os casos de violência intrafamiliar na infância em comparação com as abordagens culturalistas, racionalistas e psicanalíticas. Mas ampliar os diferentes ângulos possíveis de leitura sobre o mesmo fenômeno social. Ao invés de optar por uma única chave de interpretação, consideramos mais acertado não descartar *a priori* as quatro hipóteses sociológicas possíveis (culturalista, racionalista, psicanalítica e pragmática), tendo o cuidado em compreender que as mesmas se encontram sempre “situadas” e “circunscritas” a determinadas experiências. Portanto, abertas a verificação empírica e, por conseguinte, a confirmação, refutação e mesmo revisão.

Referências

ALEXANDER, Jeffrey. O Novo Movimento Teórico. Trad. Plínio Dentzien. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, São Paulo, v. 2, n. 4, p. 5-28, jun. 1987. Disponível em: <http://www.anpocs.org.br/portal/publicacoes/rbcs_00_04/rbcs04_01.htm>.

45 Choo e Ferree (2010) destacam pelo menos três tipos de abordagens interseccionais nas ciências sociais.

46 A abordagem processual se caracteriza pela ênfase nos casos de interseções múltiplas. Aqui, por exemplo, as pesquisas que enfatizam o aspecto relacional do poder e prestígio em categorias como masculinidade e branquitude.

- _____. On the social construction of moral universals. In: **The Meanings of Social Life: A Cultural Sociology**. New York: Oxford University Press, 2003. p. 27-84.
- ARAÚJO, Maria de Fátima. Violência e abuso sexual na família. **Psicologia em Estudo**, Maringá, v. 7, n. 2, p. 3-11, dec. 2002.
- BARBOT, Janine. Conduzir uma entrevista face a face. In: PAUGAM, Serge (org.). **A pesquisa sociológica**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2015. p. 102-123.
- BERGER, Peter; LUCKMANN, Thomas. **A construção social da realidade**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2008.
- BOURDIEU, Pierre. **A dominação masculina**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2010.
- _____. **Meditações pascalianas**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2001.
- BRECKMAN, Warren. From the Symbolic Turn to the Social Imaginary: Castoriadis's Project of Autonomy. In: **Adventures of the Symbolic**. New York: Columbia University Press, 2013. p. 96-138.
- CASTORIADIS, Cornelius. O dizível e o indizível. In: **As Encruzilhadas do Labirinto**. Vol 1. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987. p. 135-157.
- CHOO, Hae Yeon; FERREE, Myra Marx. Practicing Intersectionality in Sociological Research: A Critical Analysis of Inclusions, Interactions, and Institutions in the Study of Inequalities. **Sociological Theory**, Washington DC., v. 28, n. 2, p. 129-149, jun., 2010.
- COHEN, C. O incesto. In: AZEVEDO, Maria Amélia; GUERRA, Viviane N. (orgs.). **Infância e Violência Doméstica: fronteiras do conhecimento**. São Paulo: Cortez, 1993. p. 211-225.
- CORCUFF, Philippe. **As novas sociologias: construções da realidade social**. São Paulo: Edusc, 2001.
- COSTA, Sergio. **Dois atlânticos: teoria social, anti-racismo, cosmopolitismo**. Belo Horizonte: Ed. da UFMG, 2006.
- DAY, Vivian Peres et al. Violência doméstica e suas diferentes manifestações. **Revista de Psiquiatria do Rio Grande do Sul**, Porto Alegre, v. 25, supl. 1, p. 9-21, apr. 2003.
- FREIRE, Jussara (org.). Direitos Humanos e vida cotidiana: pluralidade lógica e violência urbana. **Relatório final de pesquisa** (edital Humanidades). Rio de Janeiro, FAPERJ, 2012.
- FREITAS, Renan Springer de. **Sociologia do Conhecimento: pragmatismo e pensamento evolutivo**. São Paulo: Edusc, 2003.
- GILROY, Paul. **O Atlântico negro**. São Paulo: Ed. 34, 2001.
- GUIMARAES, Antonio Sérgio Alfredo. Preconceito de cor e racismo no Brasil. **Revista de Antropologia**, São Paulo, v. 47, n. 1, p. 9-43, 2004.
- HABERMAS, Jürgen. **Verdade e Justificação: ensaios filosóficos**. São Paulo: Loyola, 2004.
- _____. **Mudança estrutural da Esfera Pública**. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 2003.
- HONNETH, Axel. **Luta por reconhecimento: a gramática moral dos conflitos sociais**. São Paulo: Ed. 34, 2003.
- _____. **Disrespect: The Normative Foundations of Critical Theory**. Cambridge: Polity Press, 2007.
- JOAS, Hans. **The Genesis of Values**. Chicago: The University of Chicago, 2000.
- _____. On Articulation. **Constellations**, v. 9, n. 4, p. 506-515, 2002.
- _____. **Do we need religion? On the experience of self-transcendence**. New York: Paradigm Publishers, 2008.
- JOAS, Hans; KNÖBL, Wolfgang. **Social Theory: twenty introductory lectures**. Cambridge: Cambridge University Press, 2009.
- _____. **A sacralidade da pessoa: nova genealogia dos direitos humanos**. São Paulo: Ed. da Unesp, 2012.
- LAFONT, Cristina. **The Linguistic Turn in Hermeneutic Philosophy**. Cambridge: MIT Press, 1999.
- LAHIRE, Bernard. **O homem plural: os determinantes da ação**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2002.
- _____. **El espíritu sociológico**. Buenos Aires: Manantial, 2006.

- LIMA; Marcus; VALA, Jorge. Racismo e democracia racial no Brasil. **Percursos da Investigação em Psicologia Social e Organizacional**. Lisboa: Colibri, 2004. p. 233-253.
- MACHADO DA SILVA, Luiz Antonio. Criminalidade violenta por uma nova perspectiva de análise. **Revista de Sociologia e Política**, Curitiba, n. 13, p. 115-124, nov. 1999.
- MANN, Michael. **The Dark Side of Democracy: explaining ethnic cleansing**. New York: Cambridge University Press, 2005.
- MISSE, Michel. Crime, sujeito e sujeição criminal: aspectos de uma contribuição analítica sobre a categoria “bandido”. **Lua Nova**, São Paulo, n. 79, p. 15-38, 2010.
- MORAIS LIMA, Andressa L. Usuários de crack e habitus desviante: de uma sociologia do desvio para uma sociologia da socialização desviante. In: ENCONTRO ANUAL DA ANPOCS, 39. Caxambú. In: **Anais...** Caxambú, MG: Anpocs, 2015.
- _____. A miséria moral na ralé. In: SOUZA, Jessé (org.). **Crack e exclusão social**. Brasília: Ministério da Justiça e Cidadania, Secretaria Nacional de Política sobre Drogas, 2016.
- RIFIOTIS, Theophilos. Judicialização das relações sociais e estratégias de reconhecimento: repensando a ‘violência conjugal’ e a ‘violência intrafamiliar’. **Revista Katálysis**, Florianópolis, v. 11 n. 2 p. 225-236, jul./dez. 2008.
- _____. Violência, Justiça e Direitos Humanos: reflexões sobre a judicialização das relações sociais no campo da “violência de gênero”. **Cadernos Pagu**, Florianópolis, n. 45, p. 261-295, jul./dez. 2015.
- RORTY, Richard. **The Linguistic Turn: essays in philosophical method**. Chicago: University of Chicago Press, 1992.
- SAFI, Mirna. A dimensão temporal dos fatos sociais: a pesquisa longitudinal. In: PAUGAM, Serge (org.). **A pesquisa sociológica**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2015. p. 253-269.
- SAFFIOTI, Heleieth I. B. No Fio da Navalha: violência contra crianças e adolescentes no Brasil Atual. In: MADEIRA (org.). **Quem mandou nascer mulher?**. São Paulo: Rosa dos Tempos, 1997. p. 134-211.
- SAMPAIO, Leonardo Rodrigues. A psicologia e a educação moral. **Psicologia, Ciência e Profissão**, Brasília, v. 27, n. 4, p. 584-595, dec. 2007.
- TAYLOR, Charles. **As Fontes do Self**. São Paulo: Loyola, 1997.

Recebido em 27/01/2017

Aceito em 08/08/2017